



Análise de efeito da política pública no desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais

Cecilia Alves da Silva Antero
Magnus Luiz Emmendoerfer
Valdir Roque Dallabrida

Resumo: O objetivo foi analisar o efeito da política pública no desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais. Foram utilizados dados dos 853 municípios do estado, referentes a 2005 a 2016, extraído das bases FIRJAN e IMRS FJP. Para o tratamento e a análise dos dados utilizou-se o *software* Stata®. Para capturar esse efeito, foi empregado um modelo de efeitos fixos com *dummy*. Verificou-se, nos municípios pertencentes aos APLs beneficiados pela referida política, um efeito positivo e significativo, indicando um incremento de 9,35% nos indicadores de desenvolvimento. Tais resultados oferecem uma sinalização positiva para a continuidade da política analisada, ou de ações semelhantes. Os APLs são reconhecidos como vetores de desenvolvimento muito em função de sua capacidade de potencializar a geração de emprego e renda. Assim, entende-se que a manutenção de ações para fortalecer as economias locais ao apoiar seu desenvolvimento tende a implicar positivamente no contexto onde os mesmos estão inseridos.

Palavras-chave: Administração Pública. Desenvolvimento Local. Gastos Públicos. Arranjos Produtivos Locais.

1. Introdução

Os Arranjos Produtivos Locais - APLs (LATRES; CASSIOLATO, 2003) são reconhecidos como vetores de desenvolvimento (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011; SANTOS *et al.*, 2004; BAPTISTA; ALVAREZ, 2007; BARROSO; SOARES, 2009; ZAMBRANA; TEIXEIRA, 2013).

E em função da mudança do foco de atuação do poder público, pois as economias locais tornaram-se foco de suas ações (TEIXEIRA, 2008; CASTRO; GONÇALVES, 2014), os APLs foram identificados como um espaço para implementação de ações com objetivo de fomentar o desenvolvimento. Como exemplo cita-se as políticas públicas de apoio ao



desenvolvimento dos APLs, no nível federal (BRASIL, 2004) e estadual (MINAS GERAIS, 2006).

Entende-se que no APL o poder público tem a função de atenuar os problemas de baixo dinamismo das economias regionais por meio de atividades voltadas para a melhoria das condições de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, com objetivo de tornar as empresas competitivas, favorecendo assim a geração de emprego e renda (BAPTISTA; ALVAREZ, 2007; CAMPOS *et al.*, 2009).

Com base nas políticas federal e estadual de apoio aos APLs (BRASIL, 2004; MINAS GERAIS, 2006), sabe-se que as ações do poder público devem concentrar-se na realização de investimentos nas atividades desenvolvidas, na infraestrutura/logística e na qualificação.

Porém, apesar dos trabalhos debaterem sobre a importância da atuação comprometida por parte dos representantes do poder público (CASTRO; GONÇALVES, 2014; TEIXEIRA, 2008) e do destaque dado às situações problemáticas em função da ausência dessa atuação (ALMEIDA; ALBINO 2011; OLIVEIRA; SANTANA, 2013; PEREIRA *et al.* 2011), poucos estudos fazem referência à influência das ações do poder público, no desenvolvimento dos APLs, por meio de investimentos de diversas ordens.

Neste contexto, definiu-se como objetivo analisar o efeito da política pública no desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais. Para tanto, optou-se por análise de regressão com dados em painel para identificar tal efeito. Parte-se do pressuposto de que as ações do poder público, no que tange à realização de investimentos, têm efeitos positivos nos indicadores de desenvolvimento.

Ao compreender em que medida os investimentos realizados influenciam o desenvolvimento será possível mitigar algumas limitações quanto aos entendimentos que permeiam esses temas e identificar as ações mais adequadas a um contexto, de efeito positivo ou não, quanto aos investimentos realizados.

Esse trabalho é organizado em duas seções, além dessa introdução, Parte 1, compreendendo o referencial teórico, onde discute-se sobre políticas públicas e desenvolvimento local; e Parte 2, abrangendo procedimentos metodológicos e análise dos resultados, onde explica-se como o estudo foi realizado e os resultados obtidos.



2. Políticas Públicas e Desenvolvimento

Nessa seção serão apresentados entendimentos sobre desenvolvimento local e políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos APLs como alternativa para facilitar o alcance do objetivo proposto.

2.1. Desenvolvimento Local¹

Nos anos de 1990 a promoção do desenvolvimento tornou-se bem mais complexa que a produção interna e a oferta de bens e serviços padronizados para o mercado doméstico. Percebeu-se a necessidade de observar a importância da diferenciação, da cooperação, da participação e da obtenção de qualidade de vida. Neste contexto, as ações em prol do desenvolvimento deixaram de ser pensadas de forma totalitária para considerar a localidades (COSTA; CUNHA, 2002).

O desenvolvimento local compreende a valorização da economia e dinâmica local, por meio da utilização de recursos endógenos, com o objetivo de promover o crescimento dessa economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida (COMITÊ, 1995; MARTINS, 2002; MACEDO *et al.*, 2014).

Martins (2002) afirma que para compreender o desenvolvimento local é preciso definir o contexto, o qual é determinado pela escala das inter-relações que ocorrem cotidianamente entre atores sobre um determinado espaço geográfico, a partir das quais se constrói uma identidade. É preciso observar a dinâmica e historicidade das inter-relações entre atores, as possibilidades sociais e econômicas onde ocorrem tais inter-relações, bem como as atividades desempenhadas tendo em vista a manutenção de sua sobrevivência por meio do uso dos recursos locais (MARTINS, 2002).

Entende-se que o desenvolvimento local, fomentado pelos representantes do poder público local, ocorre na realização de atividades produtivas por meio da utilização de recursos,

¹ Neste texto utilizaremos autores que se referem ao conceito de desenvolvimento local. Tal concepção, em geral, ressalta os fatores econômicos como indicadores de desenvolvimento. Já outros autores, por exemplo, Dallabrida (2017), Saquet (2015), Pecqueur (2009) e Schneider (2004), utilizam o conceito desenvolvimento territorial, com o propósito de expressar uma compreensão de desenvolvimento em que os fatores econômicos estão na mesma relação de importância de outros, tais como, os fatores histórico-culturais, sociais e ambientais.



considerando as características do local. É fruto dos diversos esforços e compromissos dos atores locais (ALBUQUERQUE, 1998).

As ações em prol do desenvolvimento local devem ter como objetivo: a) i) estimular e detectar iniciativas produtivas; ii) facilitar às empresas locais o acesso negociado aos serviços avançados de apoio à produção; iii) estabelecer mecanismos para o financiamento de novas empresas e uma oferta de crédito compatível com as características da PME e da microempresa; e iv) incentivar a cooperação interempresarial no território (ALBUQUERQUE, 1998).

Apesar das ações serem desenvolvidas no local, o poder público, nos âmbitos estadual e federal, deve compartilhar das responsabilidades quanto à execução das ações e aos resultados obtidos (ALBUQUERQUE, 1998). Macedo *et al.* (2014) reconhecem que o envolvimento do poder público tende a fortalecer a estrutura e proporcionar maior competitividade aos APLs. Jacometti *et al.* (2014) destacam que bons resultados só serão alcançados se os representantes do poder público tiverem preparação e flexibilidade na realização de ações em prol do desenvolvimento.

Martins (2002) enfatiza que uma característica do desenvolvimento local é a inserção dos atores locais assegurando-lhes o papel de realizador e não apenas beneficiário. Em adição, Albuquerque (1998) destaca a importância do envolvimento dos atores locais e da coordenação das ações em prol do desenvolvimento local. Segundo o autor, cabe ao poder público a responsabilidade pela coordenação. Segundo o autor, as iniciativas locais de desenvolvimento podem ser iniciativas locais em matéria de desenvolvimento tecnológico, iniciativas locais em matéria de formação de recursos humanos específicos ou iniciativas locais em matéria de financiamento do desenvolvimento.

Neste trabalho, considera-se as iniciativas relacionadas ao financiamento, nas quais é destacado o papel dos representantes no poder público que têm responsabilidade de permitir aos representantes das micro e pequenas empresas terem acesso às linhas de financiamentos ajustadas às circunstâncias e características locais. Tal entendimento é materializado nos APLs, uma vez que os atores locais desempenham atividades conforme vocação local para gerar desenvolvimento.

As iniciativas locais de financiamento do desenvolvimento, ou seja, as ações do poder público em Minas Gerais em prol do desenvolvimento estão concentradas na concessão de investimentos para fomentar o desenvolvimento do APLs.



Sobre a relação dos gastos públicos e desenvolvimento, de forma geral, há um entendimento entre os autores de que tais investimentos podem influenciar positivamente nos indicadores, de desenvolvimento por meio do aumento da produtividade do setor privado (BOGONI *et al.*, 2011; DEGENHART *et al.*, 2016; SOUSA; PAULO, 2016). Degenhart *et al.* (2016) afirmam que os efeitos gerados pelos investimentos públicos resultam na geração de emprego e renda e melhor aplicação dos recursos públicos. Já Bogoni *et al.* (2011) afirmam que os gastos dos governos locais têm um importante papel no crescimento econômico, enquanto Sousa e Paulo (2016) destacam que os resultados indicam que, tomados em conjunto, os gastos agregados dos estados brasileiros apresentam-se positivamente relacionados ao crescimento econômico.

2.2. Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento dos APLs

As ações integradas de políticas públicas para APLs consistem em uma das estratégias do poder público federal para fomentar o desenvolvimento. Para mudar a lógica da atuação individualizada de órgãos governamentais e não governamentais, seus representantes se empenharam em criar certa conscientização quanto à importância de uma atuação coletiva, coordenada, articulada e complementar (BRASIL, 2004b; TEIXEIRA, 2008; CASTRO; GONÇALVES, 2014).

Um resultado dessa iniciativa foi a criação, em 2003, do Grupo de Trabalho Permanente para APL (GTP APL) que tem como questões centrais os elementos: cooperação, aprendizado coletivo, conhecimento tácito e capacidade inovativa das empresas e instituições locais, os quais devem atuar de forma interdependente para aumentar competitividade e fortalecer a governança (BRASIL, 2004b). O GTP APL foi formalizado pela Portaria Interministerial nº 200 de 02 de agosto de 2004, do MDIC, com o objetivo elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do poder público federal no apoio ao desenvolvimento dos APLs em todo o território nacional.

A atuação de representantes de diversos ministérios e outras instituições em um movimento a favor da abordagem de APL resultou no reconhecimento da importância dos APLs por meio da inclusão do tema como política de governo no Plano Plurianual de 2004-2007 e nos documentos que tratam das políticas nacionais de desenvolvimento (BRASIL, 2004b).

A opção do poder público federal de apoiar os APLs deve-se ao reconhecimento de



que as políticas de fomento ao desenvolvimento de grupos de empresas são mais efetivas do que quando direcionadas às empresas individualmente, uma vez que a competitividade das empresas que atuam coletivamente deve-se aos ganhos provenientes da maior cooperação entre firmas (capacidades produtivas e inovativas e incremento do capital social). Outro fator que justifica a atenção destinada aos APLs é a dimensão local, pois as atividades desempenhadas pelas empresas refletem vocações locais e muitas vezes utilizam recursos também locais (BRASIL, 2004b; TEIXEIRA, 2008).

No estado de Minas Gerais, o poder público estadual instituiu a política Estadual de apoio aos APLs, em 01 de agosto de 2006, por meio da Lei 16.296, para promover o fortalecimento das economias regionais por meio da integração e da complementaridade das cadeias produtivas locais e da geração de processos permanentes de cooperação, difusão e inovação (MINAS GERAIS, 2006, 2008). As ações integradas para os APLs de Minas Gerais estão concentradas no Programa de Apoio à Competitividade dos APLs de Minas Gerais (PAC APL MG) das Superintendência de apoio à competitividade e ao empreendedorismo e Superintendência de APLs (MINAS GERAIS, 2015).

Esse programa objetiva aumentar a produtividade e a competitividade das empresas envolvidas nos APLs participantes. Os objetivos específicos do programa são: fomentar a articulação das entidades federais, estaduais e locais promotoras de APLs, elaborar os planos de melhoria da competitividade para os APLs selecionados, implementar as atividades propostas nos PACs e implantar um sistema de monitoramento, avaliação e identificação das lições aprendidas que permita fazer uma análise e difusão dos efeitos e impactos do programa (MINAS GERAIS, 2015).

A efetivação do PAC APL MG ocorre por meio da participação dos APL beneficiados nas atividades previstas no Plano de Melhoria da Competitividade (PMC), que contempla o diagnóstico da situação atual do APL, estratégias de atuação e atividades a serem implementadas conforme linhas de atuação. Tais linhas de atuação, que compreendem ações financiadas pelo PAC APL MG para que os APLs conquistem novos mercados e adotem práticas sustentáveis de produção, são capacitação e assessoria empresarial, comercialização, prospecção de mercado e exportações, gestão e organização do APL, logística, meio-ambiente e desenvolvimento social e tecnologia e inovação (MINAS GERAIS, 2015).

Foram identificados 34 APLs, com base nos critérios de relevância da base empresarial, participação do APL na economia da região, nível de cooperação e colaboração



entre as empresas do APL, perspectivas para o setor e empresas da região, perspectivas de geração de empregos e empregos de qualidade (MINAS GERAIS, 2015).

Esses APLs estão distribuídos em 174 cidades e suas atividades concentram-se nos setores de bebidas artesanais (cachaça de alambique), biotecnologia, calçados, calçados e bolsas, confecções, eletroeletrônico, floricultura, fogos de artifício, fruticultura, fundição, gemas e artefatos em pedras, gemas e joias, móveis, pedra sabão, quartzito (BOTELHO, 2009). Entretanto, em função da limitação de recursos financeiros, somente sete APLs foram beneficiados pelo programa: APL Fruticultura do Jaíba, APL Fundição de Cláudio, APL Biotecnologia da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), APL Calçados e Bolsas da RMBH, APL Eletroeletrônicos de Santa Rita do Sapucaí, APL Móveis de Ubá e APL Calçados Nova Serrana (MINAS GERAIS, 2015), que consistem no objeto de estudo deste trabalho.

3. Procedimentos Metodológicos e Análise dos dados

Nessa seção serão apresentadas as escolhas feitas quanto aos procedimentos utilizados para sua construção, bem como os resultados obtidos.

Foram investigadas unidades de análise múltiplas, dada a necessidade de observar informações sobre os 853 municípios do estado de Minas Gerais, considerando o período de 2005 a 2016. Foram analisadas as informações de todos os municípios dando ênfase aos municípios que fazem parte dos APLs beneficiados pela Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais.

As variáveis do modelo são descritas a seguir no Quadro 1.

Quadro 1: Variáveis utilizadas no estudo

Variável		Descrição	Fonte	Efeito	Base Teórica
Dependente	IFDM	Proxy de desenvolvimento	FIRJAN		
Dependente	PIB	Proxy de desenvolvimento	IMRS FJP		
Independente	INVEST	Dummy para o investimento		+	Jacometti <i>et al.</i> , 2016 Macedo <i>et al.</i> , 2014
Controle	GPEDU	Gastos com educação	IMRS FJP	+	Medeiros et al. (2018)
	GPSAU	Gastos com saúde		+	Degenhart <i>et al.</i> (2016)
	GPREN	Gastos com renda		+	Kühn e Tonetto (2017)
	GPINF	Gastos com infraestrutura		+	Gonçalves et al. (2017)
	GPTRA	Gastos com trabalho		+	Degenhart <i>et al.</i> (2016)
	GPSEG	Gastos com segurança pública		+	Schull et al. (2014)
	GPHAB	Gastos com habitação		+	Neduziak e Correia (2017)
	GPASC	Gastos com assistência social e cidadania		+	Degenhart <i>et al.</i> (2016)
	GPDEC	Gastos com desenvolvimento econômico		+	Medeiros et al. (2018)

Nota: A variável INVEST possibilitará captar o efeito dos investimentos realizados nos APLs beneficiados pela Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais. Essa variável assumi valor de 0 para não investimento e 1 para investimento, com controle para ano e município.

Fonte: Elaboração própria

Para o tratamento e a análise dos dados contou-se com o *software* Stata®. Adotou-se a análise de painel de dados (HILL; GRIFFITHS; LIM, 2011) num modelo estatístico de regressão múltipla linear. Esse tipo de análise possibilita analisar a relação entre variáveis, inferir eventuais diferenças entre os municípios mineiros, considerando as variáveis observadas, e perceber ao longo do período as variações provocadas pelos investimentos realizados nos APLs beneficiados. Para tanto, utilizou-se um modelo de efeitos fixos com variável *dummy*:

$$IFDM_{it} = \alpha_i + \beta_1 GPEDU_{it} + \beta_2 GPSAU_{it} + \beta_3 GPREN_{it} + \beta_4 GPINF_{it} + \beta_5 GPTRA_{it} + \beta_6 GPSEG_{it} + \beta_7 GPHAB_{it} + \beta_9 GPASC_{it} + \beta_{10} GPDEC_{it} + dINVEST_{it} + e_{it} \quad (1)$$



Em que os β capturam o efeito dos gastos públicos per capita em educação, saúde, renda, infraestrutura, trabalho, segurança, habitação, assistência social e cidadania e desenvolvimento econômico; o d o efeito dos investimentos realizados nos APLs beneficiados pela Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais²; e_{it} representa a aleatoriedade do modelo. Espera-se um efeito positivo das variáveis de controle e independente, uma vez que investimentos tendem a promover incrementos no desenvolvimento.

4. Análise dos resultados

Quanto à influência dos investimentos realizados, sumariza-se a seguir na Tabela 2 os resultados obtidos a partir da estimação do Modelo 1. As estimativas foram alcançadas por meio do modelo de efeitos fixos com variável *dummy*, considerado estatisticamente significativo ($F(10, 9369) = 216.37$ e $\text{Prob} > F = 0.0000$). Para confirmar a adequação do modelo utilizado, realizou o Teste de Chow em que confirmou-se a predominância do modelo em relação do modelo Pool (estatísticas: $F(10, 8517) = 773.13$ e $\text{Prob} > F = 0.0000$) e Teste de Hausman, que também demonstrou que o modelo é mais adequado que o Modelo de Efeitos Aleatórios (estatísticas: 735.98 Chi-sq (10) P-value = 0.0000).

² Compostos pelos seguintes municípios: Araújos, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Carmo do Cajuru, Cláudio, Conceição do Pará, Contagem, Divinópolis, Esmeraldas, Guidoal, Igaratinga, Itabira, Itajubá, Itaúna, Jaíba, Janaúba, Lagoa Santa, Leandro Ferreira, Matias Cardoso, Montes Claros, Nova Lima, Nova Porteirinha, Nova Serrana, Pará de Minas, Pedras de Maria da Cruz, Perdígão, Pirapora, Piraúba, Pitangui, Porteirinha, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Rio Pomba, Rodeiro, Sabará, Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, São Geraldo, São Gonçalo do Pará, São José da Lapa, Sete Lagoas, Tocantins, Ubá, Varginha, Vespasiano e Visconde do Rio Branco.

Tabela 2: Influência dos investimentos no período de 2005 a 2016.

Variável		Coeficiente	P> t
Independente	INVEST	.0935036	0.000
Controle	GPEDU	.0000202	0.005**
	GPSAU	.0001498	0.000**
	GPREN	-.0008752	0.000**
	GPINF	-9.77e-06	0.129
	GPTRA	.0003877	0.000**
	GPSEG	.0002217	0.008**
	GPHAB	-.0000871	0.021**
	GPASC	-.0001063	0.000**
	GPDEC	.0002206	0.000**
_cons		.5904809	0.000**

Nota: O ** denota uma significância de 5%
 Fonte: Elaboração própria.

O Modelo 2 foi empregado para dar ênfase aos indicadores de desenvolvimento, considerando os municípios que fazem parte dos APLs beneficiados pela Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais.

Sobre as variáveis de controle, observou-se somente que o GPINF não apresentou efeito significativo, sendo que GPASC, GPHAB e GPREN apresentaram efeito significativo e negativo e GPDEC, GPEDU, GPTRA, GPSAU e GPSEG apresentaram efeito significativo e positivo. Esse resultado confirma a adequação das variáveis para controlar os efeitos do investimento realizado por meio da política pública em análise. Esses resultados corroboram com os estudos de Andrade et al. (2014), Degenhart et al. (2016), Medeiros et al. (2018) e Schull et al. (2014). Entretanto, para as variáveis GPASC, GPHAB, GPINF e GPREN, não confirmam os achados de Degenhart et al. (2016), Gonçalves et al. (2017), Kühn e Tonetto (2017) e Neduziak e Correia (2017).

Quanto aos investimentos realizados nos APLs, pela Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais, considerou-se a condição de beneficiamento para analisar como estes investimentos influenciam os indicadores de desenvolvimento. Percebeu-se que os investimentos realizados proporcionaram um efeito positivo de 9,35% nos indicadores de desenvolvimento dos municípios participantes de APLs e beneficiados pela Política Pública



de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais, considerando o período de 2006 a 2016. Isso implica dizer que a presença do investimento influencia o desenvolvimento. Dito de outra forma, os municípios pertencentes a APLs beneficiados pela referida política pública têm um melhor desempenho, no nível de desenvolvimento, tendo em vista o investimento realizado, em relação aos que não são pertencentes a APLs beneficiados.

Especificamente, quando se aborda o investimento, entende-se que há uma propensão em aumentar a geração de emprego e renda, principalmente em APLs. Os estudos realizados por Baptista e Alvarez (2007) e CAMPOS *et al.* (2009) enfatizam a importância da ação da administração pública, no que tange a realização de ações para fomentar o desenvolvimento dos APLs tendo em vista a elevação do número de emprego e renda.

5. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar o efeito da política pública na evolução dos APLs de Minas Gerais. Partiu-se do pressuposto que as ações do poder público, no que tange à realização de investimentos, tem efeitos positivos na melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Considerando os municípios beneficiados pela Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais observou-se um efeito positivo e significativo, indicando que o apoio destinado aos APLs proporciona elevação no nível de desenvolvimento.

Destaca-se também que, pela natureza do estudo realizado, os resultados encontrados diferenciam-se dos estudos realizados anteriormente em função do período de tempo analisado, das variáveis utilizadas para análise e do modelo empregado. Dessa forma, este estudo teve uma contribuição, no sentido de realizar uma investigação embasada em formas alternativas para compreender o desenvolvimento no contexto municipal. Especificamente, quando se considera a influência dos investimentos nos indicadores de desenvolvimento, este estudo demonstra de forma sistematizada o efeito da Política Pública de Apoio aos APLS do estado de Minas Gerais ao indicar que os municípios beneficiados se diferenciam quanto ao nível de desenvolvimento.

Quanto aos procedimentos adotados, entende-se que foram adequados, pois as variáveis utilizadas no estudo serviram de base para estudos anteriores, os testes confirmam a capacidade de explicação do modelo empregado, justificativas necessárias para a escolha de modelos adequados.



Apesar das limitações relativas à impossibilidade de considerar um período de tempo maior em função da indisponibilidade de dados e à possibilidade de existência de outras variáveis para explicar o efeito dos gastos públicos nos indicadores de desenvolvimento, em especial na dimensão socioeconômica, considera-se que o estudo avança na compreensão desta temática. Assim, fica demonstrado que as ações da administração pública, quanto aos investimentos realizados, têm efeito positivo nos indicadores de desenvolvimento, considerando a unidade federativa analisada.

Portanto, esses resultados, além de oferecer informações quanto à atuação dos responsáveis pela gestão dos gastos públicos dos municípios, também apontam possibilidades de investigações para novos estudos como: i) identificar outras variáveis para analisar o efeito dos gastos públicos nos indicadores de desenvolvimento nos municípios atingidos, quanto às áreas de saúde, infraestrutura, trabalho, segurança e saneamento; ii) utilizar outra variável dependente, a exemplo do PIB; iii) considerar a influência do contexto no território de realização do estudo.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Traduzido por Antônio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998, 151p.

ALMEIDA, Rodrigo Ferraz de; ALBINO, Andréia Aparecida. Percepção dos empresários sobre governança e desenvolvimento dos APLs de móveis e de confecções de Ubá-MG e região. In: Encontro de Estudos em Estratégia, 6, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2011. p. 1-17.

ANDRADE, Sandro Ângelo de; TEIXEIRA, Arilton; FORTUNATO, Graziela. Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista Economia & Gestão**. Belo Horizonte, MG, 14, n. 35, p. 112-130, abr./jun. 2014

AZEVEDO FILHO, Edson Terra; RIBEIRO, Alcimar Das Chagas. A governança em aglomerações produtivas: uma análise sobre o setor cerâmico de Campos dos Goytacazes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 7, n. 1, p. 96-129, jan./abr. 2011.

BAPTISTA, Josil do Rocio Voidela; ALVAREZ, Victor Manoel Pelaez. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no



Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n.113, p.59-81, jul./dez. 2007.

BARROSO, Janayna Arruda; SOARES, Alexandre Araújo Cavalcante. **O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará**. Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1435-1457, nov./dez. 2009.

BOGONI, Nadia Mar ; HEIN, Nelson; BEUREN Ilse Maria. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 1, p. 159-179, jan. fev. 2011.

BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. **Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Estado de Minas Gerais**. Uberlândia, MG: 2009. (Relatório).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Portaria Interministerial nº 200, de 02 de agosto de 2004**. Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL.

CAMPOS, Antônio Carlos de; TRINTIN, Jaime Graciano; VIDIGAL, Vinícius Gonçalves. Estrutura de Governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). **Textos de Economia**, Florianópolis, SC, v.12, n.1, p.134-155, jan./jun. 2009.

CASTRO, Marcos de; GONÇALVES, Sandro Aparecido. Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro, RJ, v. 48, n. 5, p. 1281-1304, set./out. 2014.

COMITÉ Económico y Social de Las Comunidades Europeas. **Dictamen sobre el desarrollo local en la política regional comunitaria**. Bruxelas: CES, 1995.

COSTA, Frederico Lustosa da; CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7, Lisboa, Portugal. **Anais...** Lisboa, Portugal, 2002, p. 1-13.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A abordagem territorial do desenvolvimento: debates, desafios, incongruências e uma proposta. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 133-161.

DEGENHART. Larissa; VOGT, Mara; ZONATTO, Vinícius Costa da Silva. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste do Brasil. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, SP, v. 23, n.3, p. 233-245, mai./jun. 2016.

FEITÓSA, Camila Gonçalves; SCHULL, Adiulli Natã; HEIN, André Fernando. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da análise envoltória de dados (DEA). **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v. 12, n. 3, p. 91-105,



2014.

GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A Influência dos Ciclos Políticos nos Investimentos Públicos em Infraestrutura: Um Estudo nos Estados Brasileiros no Período de 2003 a 2014. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; LIM, Guay C. **Principles of econometrics**. 4. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2011.

JACOMETTI, Márcio; CASTRO, Marcos de; GONÇALVES, Sandro Aparecido; COSTA, Mayla Cristina. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro, RJ, v. 50, n. 3, p. 425-454, mai./jun. 2016.

KÜHN, Daniela Dias; DA SILVA TONETTO, Elci. O Programa Bolsa Família e os Indicadores Sociais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Sul: Um Olhar Multidimensional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 86-111, 2017.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Nov. 2003.

MACEDO, Roberto Aparecido; ARAÚJO, Luiz Jurandir Simões de; CAMPOS, Anderson Luís Saber. Clusters de pequenas e médias empresas e desenvolvimento regional. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, São Bernardo do Campo, SP, v. 5, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2014.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MEDEIROS, Ana Lucia; DOS SANTOS, Luana Borges; ANDRE, Claudomiro Moura Gomes. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, p. 44-62, 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto 44.972, de 02 de dezembro de 2008**. Regulamenta as ações da Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá outras providências. Belo Horizonte. 2008.

MINAS GERAIS. **Lei 16.296, de 01 de agosto de 2006**. Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá Outras Providências. Belo Horizonte. 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Programa de Apoio à Competitividade dos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais**. Belo Horizonte. 2015.



NEDUZIAK, L. C. R.; CORREIA, F. M. Alocação dos Gastos Públicos e Crescimento Econômico: Um Estudo em Painel para os Estados Brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 616-632, 2017.

OLIVEIRA, Cyntia Meireles de; SANTANA, Antônio Cordeiro de. A Governança no Arranjo Produtivo de Grãos de Santarém e Belterra, Estado do Pará: uma análise a partir do grão soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 50, n. 4, p. 683-704, out./dez. 2012 – impressa em Janeiro de 2013.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abril/2009.

PEREIRA, Camila Cristina de Paula; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira; GOMES, Miguel Angelo. Governança de arranjos produtivos locais e suas possibilidades. In: Encontro da ANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 2011. p. 1-17.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun., 2004.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SCHULL, A. N.; FEITOSA, C. G.; HEIN, A. F. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 12, n. 3, p. 91-105, 2014.

SOUSA, Rossana Guerra; PAULO, Edilson. Produtividade dos Gastos Públicos dos Estados Brasileiros: Um Estudo Empírico no Período de 1995 a 2010. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 14, n. 36, p. 187-219, out./dez., 2016.

TEIXEIRA, Francisco. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLS)? **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 57 – 75, jun./set. 2008.